

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.



<http://10.5380/jpe.v20i0.101219>

## DOSSIÊ

### **Política de avaliação educacional no Brasil e em Angola: as influências das políticas internacionais e supranacionais**

#### ***Educational assessment policy in Brazil and: the influences of international and supranational policies***

#### ***La política de evaluación educativa en Brasil y Angola: las influencias de las políticas internacionales y supranacionales***

VIEIRA, José Jairo.<sup>1</sup>

TCHISSENDE, Manuel.<sup>2</sup>

ELIAS, Cristiano Lourenço.<sup>3</sup>

**Citação:** VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 20, e101219. Maio de 2026.

Submetido em: 14 setembro de 2025  
Aprovado em: 06 março de 2026

**Resumo:** Este artigo tem por principal objetivo delinear aproximações e distanciamentos entre as políticas de avaliação do Ensino Básico no Brasil e em Angola, sobretudo levando em conta as influências que os órgãos e as políticas educacionais internacionais exerceram sobre eles. No caso brasileiro, analisamos o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e em Angola a Avaliação Nacional de Educação. Sendo assim, nesse estudo utilizamos o método comparativo nas análises sobre as políticas de avaliação

---

<sup>1</sup>Doutor em Sociologia. Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ/Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9395-5345>. Email: [jairo.vieira@uol.com.br](mailto:jairo.vieira@uol.com.br).

<sup>2</sup>Mestre em Administração Educacional. Doutorando em Administração e Políticas Educacionais na Universidade de Aveiro. Aveiro/Portugal. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2055-6238>. Email: [manuelchindand@ua.pt](mailto:manuelchindand@ua.pt).

<sup>3</sup> Mestre em Administração. Professor efetivo do Instituto Federal da Paraíba. João Pessoa/PB/Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8160-4554>. E-mail: [cristianoelias@ua.pt](mailto:cristianoelias@ua.pt).

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

educacional no Brasil e Angola. Esses dados para análise foram obtidos em sites oficiais, e foram compostos por documentos institucionais e relatórios produzidos pelos órgãos nacionais do Brasil e de Angola. Destaca-se nesse sentido, o site do Ministério da Educação no Brasil; o site da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o site do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e, no Subprograma UNICEF Angola, o site do Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE). Na estruturação do levantamento de dados, da sistematização e da comparação, foram utilizados seis aspectos e características dessas políticas, no caso, do SAEB no Brasil e da Avaliação Nacional da Educação em Angola, a saber: 1- finalidades das políticas; 2- instrumentos de avaliação, 3- modos de regulação; 4- modelos de governança; 5- indicadores utilizados; 6- influências externas. A análise das políticas de avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada, baseada na comparação entre seis aspectos, permitiu deslumbrar o quanto elas são diferentes, estão em momentos diferentes de sua trajetória e implementação, mas que guardam em comum a importância que assumem para seus países como políticas educacionais. Podemos considerar que as políticas educacionais de avaliação são representativas dos momentos históricos, sociais e políticos de cada país e que desta forma, têm trajetórias diferenciadas, porém ajustadas às demandas e agendas sociais de cada país, apesar de sofrerem as influências de organizações, ações e políticas internacionais e transnacionais. Por fim, concluímos que o Brasil possui uma política de avaliação baseada em resultados (gestão por indicadores), onde o sucesso é medido por métricas estatísticas. Já Angola atravessa um momento de consolidação de uma avaliação diagnóstica, onde a prioridade é integrar as crianças no sistema e garantir que a infraestrutura escolar básica suporte o processo pedagógico.

**Palavras-chave:** Política de Avaliação Educacional; Educação Comparada; Brasil; Angola.

**Abstract:** The main objective of this article is to outline approximations and distances between the evaluation policies of Basic Education in Brazil and Angola, particularly considering the influence that international educational bodies and policies have exerted on them. In the Brazilian case, we analyzed the Basic Education Evaluation System (SAEB), and in Angola, the National Education Evaluation. Thus, in this study, we used the comparative method in analyzing educational evaluation policies in Brazil and Angola. These data for analysis were obtained from official websites and were composed of institutional documents and reports produced by the national agencies of Brazil and Angola. In this sense, the website of the Ministry of Education in Brazil stands out; the website of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD); and the website of the Programme for International Student Assessment (PISA) and also in the UNICEF Angola Sub-programme; the website of the National Institute for Evaluation and Development of Education (INADE). In the structuring of the data collection, the systematization and the comparison, six aspects and characteristics of these policies were used, in this case, the SAEB in Brazil and the National Evaluation of Education in Angola, namely: 1 - purposes of the policies; 2- evaluation instruments, 3- regulation modes; 4- governance models; 5 - indicators used; 6 - external influences. The analysis of educational evaluation policies in Brazil and Angola in a comparative way, based on the comparison between six aspects, allowed us to dazzle how different they are; they are at different moments of their trajectory and implementation, but which have in common the importance they assume for their countries as educational policies. We can consider that the educational evaluation policies are representative of the historical, social, and political moments of each country and that, therefore, they have different trajectories, but adjusted to the demands and social agendas of each country, despite being influenced by international and transnational organizations, actions, and policies. Finally, we conclude that Brazil has a results-based evaluation policy (management by indicators), where success is measured by statistical metrics. Angola, on the other hand, is going through a moment of consolidation of a diagnostic assessment, where the priority is to integrate children into the system and ensure that the basic school infrastructure supports the pedagogical process.

**Keywords:** Educational Evaluation Policy; Comparative Education; Brazil; Angola.

**Resumen:** The main objective of this article is to outline approximations and distances between the evaluation policies of Basic Education in Brazil and Angola, especially taking into account the influences that the international educational bodies and policies have exerted on them. In the Brazilian case, we analyzed the Basic Education Evaluation System (SAEB) and in Angola the National Education Evaluation. Thus, in this study we used the comparative method in the analysis of educational evaluation policies in Brazil and Angola. These data for analysis were obtained from official websites, and were composed of institutional documents and reports produced by the national agencies of Brazil and Angola. In this sense, the website of the Ministry of Education in Brazil stands out; the website of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD); the website of the Programme for International Student Assessment (PISA) and

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

also in the UNICEF Angola Sub-programme; the website of the National Institute for Evaluation and Development of Education (INADE). In the structuring of the data collection, the systematization and the comparison, six aspects and characteristics of these policies were used, in this case, the SAEB in Brazil and the National Evaluation of Education in Angola, namely: 1 - purposes of the policies; 2- evaluation instruments, 3- regulation modes; 4- governance models; 5 - indicators used; 6 - external influences. The analysis of educational evaluation policies in Brazil and Angola in a comparative way, based on the comparison between six aspects, allowed us to dazzle how different they are, they are at different moments of their trajectory and implementation, but which have in common the importance they assume for their countries as educational policies. We can consider that the educational evaluation policies are representative of the historical, social and political moments of each country and that, therefore, they have different trajectories, but adjusted to the demands and social agendas of each country, despite being influenced by international and transnational organizations, actions and policies. Finally, we conclude that Brazil has a results-based evaluation policy (management by indicators), where success is measured by statistical metrics. Angola, on the other hand, is going through a moment of consolidation of a diagnostic assessment, where the priority is to integrate children into the system and ensure that the basic school infrastructure supports the pedagogical process.

**Palabras clave:** Política de Evaluación Educativa; Educación Comparada; Brasil; Angola.

## Introdução

Este artigo tem por principal objetivo delinear aproximações e distanciamentos entre as políticas de avaliação do Ensino Básico no Brasil e em Angola, levando em conta as influências que os órgãos e as políticas educacionais internacionais exerceram sobre eles.

No caso brasileiro, a análise focou no SAEB, atentando-se para observar de que forma ele se adequa e se relaciona às políticas internacionais educacionais. No caso de Angola, analisamos as novas mudanças ocorridas no sistema avaliativo educacional implementadas pelo governo, principalmente, a Avaliação Educacional implementada pelo Instituto Nacional de Avaliação e Desenvolvimento da Educação (INADE).

Sobre as políticas públicas, Ó Santos e Lorenzi (2023) afirmam que estão diretamente relacionadas a agenda pública e a partir dela, temos diversas ações que o Estado tem de realizar para resolver ou procurar solucionar tais demandas.

As políticas educacionais tendem a acompanhar o perfil do governo, ou seja, dependendo dos governos, o viés das políticas pode ser mais ou menos centrado no Estado, com mais ou menos recursos financeiros, com maior ou menor valorização da comunidade docente, com maior ou menor autonomia e regulação, entre outras características das políticas criadas e implementadas.

No Brasil, por exemplo, segundo Dias (2025, p.1),

A partir de 2023, observou-se uma significativa reorientação da política educacional brasileira, marcada pela retomada da centralidade e da coordenação, por parte do governo federal, das diretrizes para a Educação nacional, por meio do Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2023). Tal

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

movimento contrasta com o período anterior, caracterizado pelo desmantelamento das políticas educativas no Brasil.

Na sociedade contemporânea, os valores neoliberais estão valorizados como o rendimento, performance e sobretudo, uma classificação hierárquica dos indivíduos e sistemas educacionais em âmbito nacional e internacional. Essa tendência faz com que ocorra uma regulação nacional e internacional das políticas educacionais, sendo que esse viés de regulação é priorizado em detrimento de perspectivas emancipatórias e insurgentes das políticas educacionais (Vieira, 2013).

As políticas de avaliação em larga escala têm por principais objetivos: a) a criação de diagnóstico, identificando pontos fortes e fracos no sistema educacional; b) monitoramento, permitindo acompanhar o progresso dos alunos e o desempenho da escola ao longo do tempo; c) comparação entre diferentes escolas, redes de ensino e regiões; d) melhoria da qualidade da educação. Com isso, elas fornecem informações valiosas para gestores educacionais, professores e pais sobre o panorama da educação e possibilitam identificar áreas que necessitam de atenção (INEP, 2022).

No caso brasileiro, analisamos o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que tem por objetivo avaliar as competências e habilidades de alunos da educação básica e as condições de ensino. Outras políticas educacionais de avaliação estão em vigor, como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e o Exame Nacional do Desempenho de Estudantes de graduação (ENADE). Já no caso angolano, focamos na Avaliação Nacional de Educação, realizada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INADE).

Dentre as políticas educacionais de avaliação internacional que de alguma forma influenciam as políticas no Brasil e Angola, nos detemos principalmente no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### *1.1 - Contornos metodológicos*

A Educação Comparada objetiva a análise dos sistemas educacionais, vendo suas especificidades sociais, culturais e econômicas (Lorenço Filho, 2004). Para Bonitatibus (1989), a educação comparada tem três fases ou dimensões, a saber, a temporal, espacial e metodológica. No entanto, na constituição dessa pesquisa tivemos três etapas. A primeira etapa, está direcionada à constituição da problematização e o conseqüente cenário de implementação

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

da política de avaliação em cada um dos países; A segunda está voltada à seleção e levantamento dos aspectos e dos dados específicos de cada política educacional que seriam comparados nos países, e por fim, a terceira etapa apresenta a comparação das políticas educacionais propriamente ditas. Sempre reconhecendo o limite que cada proposta traz, buscamos realizar um recorte e análise que possibilitasse elementos viáveis de composição, comparação e compreensão dessas duas realidades.

Sendo assim, utilizamos o método comparativo nas análises sobre as políticas de avaliação educacional no Brasil e Angola, de forma mais basilar, sem nos atermos em seguir todas as etapas preconizadas na pesquisa clássica sobre pesquisa educacional comparada. Assim, a pesquisa desenvolveu-se de forma preliminar e exploratória, com dados obtidos através dos sites oficiais nacionais e internacionais bem como da literatura referente a esse tema.

A pesquisa seguiu metodologicamente e de forma mais direta aquilo que Marconi e Lakatos (2003) definem como sendo uma metodologia comparativa, baseada na análise e sistematização de dados obtidos através do levantamento bibliográfico e da análise documental.

Os dados para análise foram obtidos em sites oficiais, e foram compostos por documentos institucionais e relatórios produzidos pelos órgãos nacionais do Brasil e de Angola. Destaca-se nesse sentido, o site do Ministério da Educação no Brasil; o site da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o site do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e o Subprograma UNICEF Angola; além do site do Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE).

Na estruturação do levantamento de dados, da sistematização e da comparação, foram utilizados seis aspectos e características dessas políticas, no caso, do SAEB no Brasil e da Avaliação Nacional da Educação em Angola, a saber: 1 - finalidades das políticas; 2- instrumentos de avaliação, 3- modos de regulação; 4- modelos de governança; 5 - indicadores utilizados; 6 - influências externas.

### **O Caso Brasileiro: o SAEB**

A avaliação global, tornou-se num instrumento de monitoramento e melhoria da qualidade educacional em todo o mundo. No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), é o responsável pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB aparece como um marco principal, que pode diagnosticar como os alunos estão se saindo, identificar limitações de aprendizagem, bem como dar suporte para formular políticas públicas educacionais. Sua relevância reflete-se em sua capacidade de gerar evidências para direcionar recursos, estabelecer prioridades e responsabilizar os sistemas educacionais (INEP, 2022).

Porém, como o campo da educação é inerentemente complexo e moldado por forças socioeconômicas, culturais e políticas que não respeitam fronteiras nacionais, nesse processo, organizações internacionais, particularmente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus programas de avaliação, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), desempenham um papel poderoso, não apenas através da comparação de países, mas também através da disseminação de abordagens metodológicas e conceituais que afetam a avaliação nacional (Lewis, 2014).

A pesquisa tem se concentrado na evolução das políticas de avaliação no país, seu impacto na gestão escolar e no currículo, bem como tensões entre agendas domésticas e globais na educação, investigando a influência de organizações internacionais na educação dos países, com foco na OCDE e nas tendências de avaliação internacional, como modelos internacionais de avaliação e métricas podem moldar políticas educacionais.

O SAEB é um dos pilares das políticas educacionais no Brasil e foi criado para diagnosticar a qualidade da educação básica, bem como fornecer suporte para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas (INEP, 2022). O SAEB, iniciado em 1990, mudou substancialmente, ampliando sua cobertura e sua regularidade para constituir uma forte ferramenta de monitoramento e planejamento.

No início, o principal objetivo do SAEB era diagnosticar o sistema educacional, principalmente através de amostras de escolas públicas. Em resposta tanto à necessidade de informações mais detalhadas sobre o desempenho dos alunos quanto à maior responsabilização no nível das escolas, avaliações baseadas em censos como a Prova Brasil foram adicionadas a partir de 2005. Essa expansão possibilitou avaliar cada escola e desenvolver o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007.

O IDEB, que agrega o desempenho atribuído não apenas à proficiência em Português e Matemática (investigada pelo SAEB/Prova Brasil), mas também ao fluxo

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

escolar (taxas de aprovação e abandono), tem sido caracterizado como uma medida importante que resume a qualidade da educação brasileira e apresenta metas de demanda, por escola, município e unidade federativa do Brasil (Brasil, 2007).

Bonamino e Franco (1999) indicam que o histórico do SAEB é apresentado menos como uma cronologia descritiva e mais como um processo de institucionalização: ciclos sucessivos, mudanças de objetivos, desenho amostral e disputas/indicações de atores como MEC/INEP, redes estaduais, consultorias, Banco Mundial.

**Quadro 1 - Histórico do SAEB**

Ano	Marco / evento-chave	O que muda (em termos de foco, público-alvo, abrangência e áreas)
1990	Nova avaliação	Criação do Saeb; primeira edição avalia amostra de escolas públicas; séries 1ª, 3ª, 5ª e 7ª do EF; áreas: LP, Matemática, Ciências Naturais e Redação.
1993	Possibilidade de aprimoramentos	Repete o formato da avaliação-piloto, permitindo aperfeiçoar processos; mantém foco e desenho amostral do ciclo inicial.
1995	Nova metodologia	Adoção da TRI e início de questionários contextuais; passa a avaliar (amostral) escolas públicas e privadas; foco em finais de ciclo: 4ª e 8ª do EF e 3ª do EM; áreas: LP e Matemática.
1997	Matrizes referência de	Itens passam a ser elaborados com matriz de referência própria; desempenho passa a ser analisado por níveis em escalas de proficiência; mantém etapas 4ª/8ª EF e 3ª EM (amostral, público e privado).
1999	Testes de ciências humanas	Realiza estudo-piloto para Ciências Humanas (História e Geografia); não há divulgação de resultados dessa área; mantém avaliações anteriores e inclui CH de forma experimental.
2001	Novo foco	Aplicação passa a testar apenas LP e Matemática; adoção de novas matrizes de referência; mantém 4ª/8ª EF e 3ª EM (amostral).
2003	Consolidação	Mantém o formato da edição anterior (LP e Matemática; 4ª/8ª EF e 3ª EM; amostral).
2005	Avaliação reestruturada	Reestruturação pela Portaria Ministerial nº 931/2005: o sistema passa a ter Aneb (amostral, redes pública e privada) e Anresc/Prova Brasil (censitária nas escolas públicas elegíveis), permitindo resultados por escola.
2007	Nasce o Ideb	Novo formato viabiliza combinar desempenho (Saeb) e fluxo (Censo Escolar) para calcular o Ideb (inclui cálculo retroativo com dados de 2005).
2009	Décima edição	Registo histórico: Saeb completa 10 edições, mantendo o arranjo principal (Aneb/Anresc).
2011	Décima primeira edição	Mantém o formato; etapas explicitadas como 5º e 9º anos do EF e 3ª série do EM, com LP e Matemática, preservando censitário/amostral conforme o arranjo em vigor.
2013	Alfabetização em foco	ANA passa a compor o Saeb (Portaria nº 482/2013); inclusão experimental de testes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza no 9º ano (sem divulgação de resultados dessas áreas).
2014	Alfabetização em foco	Aplicação da 2ª edição da ANA (3º ano do EF; leitura, escrita e matemática).
2015	Devolutivas pedagógicas	Disponibilização da Plataforma Devolutivas Pedagógicas, aproximando avaliação externa e prática escolar com itens comentados e apoio ao planejamento pedagógico.

Ano	Marco / evento-chave	O que muda (em termos de foco, público-alvo, abrangência e áreas)
2016	Alfabetização em foco	Aplicação da 3ª edição da ANA; a partir de então, a ANA é descontinuada.
2017	Saeb censitário	Avaliação torna-se censitária para a 3ª série do EM e abre possibilidade de adesão de escolas privadas com a última série do EM; amplia geração de resultados e impacto no Ideb também para o EM.
2019	Início do alinhamento à BNCC	Nova reestruturação para adequação à BNCC: transição para novas matrizes; Aneb e Anresc deixam de existir (tudo passa a ser identificado como Saeb, por etapa/área/instrumento); alfabetização migra para 2º ano do EF (amostral); inicia estudo-piloto na educação infantil (questionários).
2021	Educação infantil	Mantém características da aplicação anterior, com ações sanitárias; implementa a avaliação da educação infantil (no escopo descrito como estudo-piloto).

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do INEP (2023)

O principal objetivo do SAEB, segundo Alves e Soares (2013), é oferecer um diagnóstico preciso da educação básica brasileira, detectando lacunas de aprendizagem, desigualdades regionais e a eficácia das políticas educacionais. Seus achados contribuem para o estabelecimento de políticas públicas, a sistematização de práticas pedagógicas em sala de aula, a alocação de recursos e o estabelecimento de objetivos, a fim de garantir o direito à educação de qualidade para todos, com ênfase especial na equidade.

#### *Influências internacionais perceptíveis nos documentos do SAEB*

Desde o início, as repercussões internacionais são perceptíveis. O conceito de avaliação em todo o sistema é remanescente dos movimentos de avaliação em países desenvolvidos, mais notadamente, a Avaliação Nacional do Progresso Educacional (NAEP) dos EUA, que deu origem a sistemas nacionais (Akkari; Lauwerier, 2015).

Testes padronizados que se concentram em competências como a leitura ou matemática, bem como o design de escalas de competência e a aplicação de questionários de contexto para uma análise multidimensional, são instrumentos comuns em comparações educacionais internacionais. A busca pela comparabilidade, o valor dado ao conhecimento e competências ao invés da memorização de informações, a demanda por dados objetivos sobre a educação e a coleta da qualidade, impõe essas tendências que de alguma forma atravessam a estrutura e o desenvolvimento do SAEB (Freitas, 2014).

Segundo Bonamino e Franco (1999), a trajetória de institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), não pode ser compreendida apenas como evolução técnica de instrumentos de medida. No recorte analítico proposto pelos autores,

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

o SAEB se constitui por meio de um jogo de atores e de condicionantes político-institucionais, no qual a indução externa associada ao Banco Mundial (BIRD) atua como vetor relevante para explicar tanto a emergência da agenda avaliativa quanto a conformação de seu desenho operacional.

Os autores indicam que, com a mudança de governo em 1995, torna-se mais nítida a convergência entre o desenho efetivamente implementado e a orientação defendida por técnicos do Banco. Em termos analíticos, essa convergência não deve ser lida como simples imposição unilateral, mas como resultado de um acoplamento entre um contexto político doméstico favorável à reorganização gerencial do Estado e uma agenda internacional que privilegia instrumentos de monitoramento, prestação de contas e mensuração de desempenho (Bonamino; Franco, 1999).

## *2.2 - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*

A OCDE é uma organização econômica intergovernamental, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial. A OCDE é composta por 38 países membros (majoritariamente ricos, além de alguns países em desenvolvimento com níveis de renda relativamente altos) e seu objetivo é moldar políticas que promovam prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar para todos (OCDE, 2025).

A OCDE é um fórum no qual os governos dos países membros podem comparar e trocar experiências e aconselhar sobre possíveis soluções para problemas comuns e coordenar políticas nacionais e internacionais. Seu escopo de trabalho é amplo e profundo: trabalha em economia, comércio, inovação, meio ambiente, governança e, principalmente, educação (Lewis, 2014).

No campo da educação, a OCDE reúne estatísticas comparáveis, tendências e boas práticas, bem como propostas de políticas para seus membros e parceiros, com o objetivo de melhorar os sistemas educacionais, o desenvolvimento do capital humano e preparar os cidadãos para os desafios do século XXI (Akkari; Lauwerier, 2015).

O trabalho da OCDE é baseado em comitês, grupos de trabalho e um secretariado. O Comitê de Política Educacional (EDPC) é o principal órgão que orienta o trabalho da OCDE no campo da educação, incluindo seu programa emblemático de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA).

*O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)*

O PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) é um projeto da OCDE, que se tornou a avaliação comparativa internacional mais proeminente e estabelecida da educação no mundo. Quando introduzido em 2000, a avaliação trienal do PISA sobre a alfabetização nacional dos estudantes em leitura, matemática e ciências foi realizada apenas mais 4 vezes (2003, 2006, 2009 e 2012) e, no entanto, tornou-se inexoravelmente entrelaçada no intelecto dos formuladores de políticas educacionais e pesquisadores em países de todo o mundo (Lewis, 2014).

A finalidade do PISA é fornecer aos países membros e participantes dados comparáveis sobre a eficácia e a equidade de seus sistemas educacionais, permitindo-lhes identificar pontos fortes e fracos, aprender com as melhores práticas de outros países e reformar suas políticas educacionais com base em evidências internacionais. O PISA também tenta identificar os atributos de sistemas educacionais bem-sucedidos (Almeida *et al.*, 2013).

O primeiro PISA foi realizado em 2000, com ênfase na leitura. Desde então, cada ciclo de três anos foca em uma das três áreas principais (leitura, matemática, ciências) como domínio principal, enquanto as outras duas são avaliadas em menor profundidade. Além disso, cada ciclo também traz um novo domínio (por exemplo, resolução colaborativa de problemas em 2015, competência global em 2018, pensamento criativo em 2022), que destaca novas habilidades consideradas críticas para o novo cenário. O Brasil participa do PISA desde o início para se posicionar e aprender no cenário educacional global.

A avaliação é implementada em países membros da OCDE e em vários países e economias parceiros, sendo realizada aos 15 anos pelos estudantes, independentemente do ano escolar em que estão, a fim de apresentar a situação real da educação obrigatória e fornecer alguma indicação de quão bem os estudantes estão preparados para a vida adulta.

Metodologicamente, utiliza testes cognitivos padronizados e questionários de contexto para estudantes, diretores de escolas e pais, sendo os dados coletados por meio de um processo de amostragem rigoroso para garantir que haja um grande grau de proporcionalidade na população estudantil. Os resultados são emitidos em escalas de proficiência que descrevem o que os estudantes em cada nível podem fazer.

### *Principais Dados da Qualidade da Educação Básica do Brasil*

O Brasil vem enfrentando dificuldades no PISA, com o país ocupando as últimas posições entre os países participantes. Embora tenha havido alguma variação e algumas melhorias modestas em ciclos anteriores, a história geral é de um desempenho que o coloca bem abaixo da média da OCDE em todas as áreas de avaliação.

**Tabela 1 - Pontuações Médias do Brasil e da OCDE nas Edições do PISA (2012-2022)**

Edição do PISA	Domínio de Avaliação	Pontuação do Brasil	Média da OCDE
2012	Leitura	410	496
	Matemática	391	494
	Ciências	405	501
2015	Leitura	407	493
	Matemática	377	490
	Ciências	401	493
2018	Leitura	413	487
	Matemática	384	489
	Ciências	404	489
2022	Leitura	407	476
	Matemática	379	472
	Ciências	403	485

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da estrutura de avaliação do PISA (2012; 2015; 2018; 2022).

Como mostrado na Tabela 1, uma porcentagem substancial de estudantes brasileiros de 15 anos não atinge a média em leitura, matemática e ciências. Isso implica que muitos estudantes não são capazes de realizar tarefas que envolvem inferências simples, como interpretar dados ou resolver problemas cotidianos envolvendo números.

A análise dos resultados das edições do PISA permite observar que, os resultados do Brasil no PISA 2018 e, mais acentuadamente, no PISA 2022 (que refletem os impactos da pandemia), mostraram estagnação ou retrocesso em todas as áreas. A pontuação média do Brasil em matemática, por exemplo, caiu de 384 em 2018 para 379 em 2022, evidenciando a fragilidade do sistema educacional.

O PISA destaca repetidamente a alta correlação entre o contexto social dos estudantes e o desempenho educacional. O Brasil é um dos países onde a influência do contexto socioeconômico no desempenho dos alunos é mais acentuada. Estudantes brasileiros das camadas sociais mais favorecidas apresentam um desempenho significativamente superior ao de seus pares mais vulneráveis e esse abismo está entre os

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

maiores dos países participantes. Isso ressalta as profundas desigualdades estruturais no sistema educacional brasileiro.

O Brasil ainda está no final da lista dos países participantes do PISA, mostrando a urgência de implementar medidas para melhorar a qualidade da educação, para que os jovens brasileiros estejam preparados para competir em um cenário global e contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país.

#### *2.4 - Influências da OCDE e do PISA no SAEB*

A OCDE e, em particular, o PISA exercem uma influência múltipla e significativa sobre o SAEB e na política educacional brasileira, manifestando tanto em aspectos técnicos e metodológicos quanto em dinâmicas sociopolíticas (Alves; Soares, 2013). O envolvimento do Brasil no PISA e o acesso às suas metodologias, relatórios e resultados elevaram gradualmente a qualidade do próprio SAEB e do sistema de avaliação brasileiro.

O PISA, desde o início, enfatizou a avaliação de competências e habilidades e não apenas o conhecimento curricular. Essa perspectiva levou o SAEB a não apenas considerar o conteúdo, mas na capacidade do estudante de transferir conhecimento de uma situação para outra (Almeida *et al.*, 2013). A construção de itens e escalas de proficiência, os questionários de contexto e a comparabilidade de indicadores são alguns exemplos da compatibilidade das medidas entre o PISA e SAEB.

Em relação à perspectiva sociopolítica, a influência do PISA se manifesta de forma marcante na educação brasileira. O envolvimento do Brasil no PISA e seus resultados geraram grande debate público e político, com consequências para as prioridades na política educacional. Os resultados medíocres do país no PISA são um "choque de realidade" para formuladores de políticas para a educação, professores e a sociedade em geral e cria uma pressão externa e interna a favor de uma reforma educacional mais ambiciosa e a favor de mais responsabilidade dos sistemas educacionais e escolas.

Os dados do PISA mostram que, apesar de mais influências e abordagens aos objetivos e reformas políticas semelhantes às adotadas por outros países terem ocorrido no Brasil, o conhecimento adquirido e as reformas iniciadas não estão se traduzindo em mudanças significativas e sustentadas. (Alves; Soares, 2013).

A relação entre SAEB, OCDE e PISA é de interdependência e influência mútua. O SAEB ganha com as metodologias e abordagens do PISA, enquanto os achados do PISA

destacam a importância e a urgência das avaliações nacionais e das reformas educacionais. No entanto, essa relação também expõe os limites de uma abordagem baseada em métricas e rankings, que não aborda as severas desigualdades na educação e a implantação de um desenvolvimento educacional contextualizado e equitativo.

A seguir trataremos dos aspectos do SAEB que servirão de base para a análise, a saber: 1 - finalidades da política; 2- instrumentos de avaliação, 3- modos de regulação; 4- modelos de governança; 5 -indicadores utilizados; 6 - influências externas.

A política do SAEB tem como finalidade produzir um diagnóstico sistemático da educação básica, avaliando competências e habilidades dos estudantes e as condições de ensino, de modo a identificar lacunas de aprendizagem, desigualdades, inclusive regionais e aspectos associados à eficácia das políticas educacionais. Além disso, seus resultados são utilizados para subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas públicas, orientar prioridades e alocação de recursos, apoiar a sistematização de práticas pedagógicas e estabelecer metas voltadas à garantia do direito à educação com ênfase em qualidade e equidade.

No âmbito do SAEB, os instrumentos de avaliação se estruturam em dois eixos complementares: 1. testes cognitivos, aplicados aos estudantes para aferir proficiências e apoiar o diagnóstico do desempenho escolar e 2. questionários contextuais, destinados a captar variáveis que ajudam a interpretar os resultados dos testes, tais como condições socioeconômicas, práticas pedagógicas, gestão e condições de oferta. Assim, além das provas, o Saeb mobiliza questionários específicos para estudantes, professores, diretores e secretários municipais de educação, ampliando a leitura do desempenho para uma perspectiva sistêmica e contextualizada (INEP, 2022).

Os modos de regulação associados ao SAEB configuram-se como uma regulação por desempenho e por informação, ancorada na lógica contemporânea de valorização de performance e de classificação hierárquica de indivíduos e sistemas educacionais, o que sustenta simultaneamente uma regulação nacional e internacional das políticas educativas. Nessa arquitetura, a avaliação em larga escala opera como mecanismo de diagnóstico, mapeando pontos fortes e fracos, de monitoramento contínuo do progresso dos estudantes e do desempenho das escolas, de comparação entre escolas, redes e regiões, produzindo informações mobilizáveis para orientar prioridades e decisões de gestão.

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

O SAEB apresenta um modelo de governança que combina centralização normativa, coordenação federativa, execução operacional por contratação e gestão digital do ciclo avaliativo. Em termos institucionais, a condução é federal, sob responsabilidade do INEP, que define diretrizes, regras de participação, procedimentos e o calendário da edição, exercendo a governança regulatória e técnica do sistema. Ao mesmo tempo, a implementação depende de uma governança federativa colaborativa, pois redes estaduais e municipais e as próprias escolas precisam cumprir exigências cadastrais e operacionais para viabilizar a aplicação e a consistência da base de dados, em interação com a infraestrutura nacional do SAEB. No plano operacional, a política adota governança por contrato, visto que o INEP prevê a contratação de instituição aplicadora para realizar a logística de campo e o agendamento nas escolas, garantindo padronização e escala nacional. Por fim, a governança é também digital e procedimental, apoiada no Sistema SAEB, que organiza cadastros, aplicação de questionários eletrônicos e rotinas de acesso a resultados e interposição de recursos, fortalecendo rastreabilidade e padronização dos fluxos administrativos (INEP, 2022).

Os indicadores mobilizados pelo SAEB concentram-se em indicadores de proficiência, derivados de testes padronizados que mensuram o desempenho dos estudantes, sobretudo em Língua Portuguesa e Matemática, usualmente organizados em escalas de proficiência para fins de comparação e acompanhamento, em um indicador sintético, o IDEB, que combina os resultados de proficiência do SAEB/Prova Brasil com informações de fluxo escolar, como taxas de aprovação e abandono, sendo utilizado para fixação de metas por escola, município e unidade federativa e, por último, em indicadores de contexto, produzidos por questionários que capturam variáveis demográficas e socioeconômicas, de infraestrutura escolar, práticas pedagógicas e clima escolar, permitindo contextualizar e interpretar os resultados de desempenho.

Quanto às influências externas associadas ao SAEB aparecem, de um lado, como referências histórico-institucionais a modelos de avaliação sistêmica de países desenvolvidos, com menção à NAEP norte-americana, e, de outro, como influências técnico-metodológicas e sociopolíticas ligadas ao circuito transnacional de avaliação, sobretudo à OCDE/PISA. Essa inserção internacional difunde padrões como testes padronizados centrados em competências, com ênfase recorrente em leitura e matemática, uso de escalas de proficiência/competência e questionários de contexto para ampliar a comparabilidade e a capacidade explicativa dos resultados. Simultaneamente,

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

os rankings e resultados internacionais produzem debate público e funcionam como pressão externa e interna por reformas e por maior responsabilização de sistemas e escolas.

### **O caso de Angola: O Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INADE) e a Política de Avaliação Nacional da Educação**

O Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INADE) é a instituição responsável pela Avaliação Nacional de Educação de Angola. Ele tem no país, a mesma função que o INEP tem no Brasil.

Parece não equívoca a afirmação de que a educação é hoje reconhecida como uma área, não só potenciadora de aprendizagens, mas necessária e eficaz na melhoria da qualidade do ser humano, no desenvolvimento de competências e habilidades para lidar com os desafios do futuro. No quadro da legislação angolana, a educação define-se pelo “processo planejado e sistematizado de ensino e aprendizagem que visa preparar, de forma integral, o indivíduo, para as exigências da vida individual e coletiva com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso” (Angola, 2016, p. 4431).

Efetivamente, o desenvolvimento ocorre quando a sociedade puder contar com o contributo de um capital humano qualificado e de instituições preparadas para o efeito, o que depende de um sistema educativo funcionalmente apostado na qualidade dos serviços prestados pelas instituições educativas. Para isto, é preciso que os gestores educativos pautem as suas ações para que o interesse público não seja prejudicado (Silva, 2020).

Historicamente, a educação em Angola, desde a chegada dos portugueses, começa com a educação promovida pelos missionários jesuítas (1575-1759), sendo que o foco neste período, passava pela dominação e exploração econômica e os objetivos educativos eram o de desfazer a cultura nativa, por meio da doutrina cristã ensinada na catequese (António; Kuebo, 2024; Eduardo, 2019).

Na sequência, a trajetória da educação em Angola, reflete um conjunto de avanços e retrocessos. Assim, reafirmando a ideia de que a qualidade dos serviços educativos depende, em certa medida, da qualificação e aposta nas instituições, a avaliação institucional destaca-se como mecanismo de certificação, credenciamento e diagnóstico

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

educacional, numa lógica de prestação de contas das instituições de ensino para com as entidades governamentais criadas para o efeito. Pela sua natureza, Pacheco *et al.* (2020), consideram que as políticas de avaliação correspondem à formulação de um juízo de valor, com vista à atribuição de um mérito e consequente tomada de decisão no que concerne aos programas e projetos institucionais.

Afonso e Agostinho (2019) defendem que a avaliação do sistema de educação visa, inicialmente, à captação de evidências sobre como se caracteriza a qualidade dos resultados, a partir dos processos de ensino e aprendizagem no quadro da educação escolar. Fala-se assim, de uma avaliação de carácter alargado ou de larga escala, do que uma avaliação simplesmente de escala restritiva como a que acontece na sala de aula. Nisso, torna-se importante clarificar que a avaliação do sistema ou em larga escala é externa, ao passo que a avaliação institucional é interna e externa às instituições e por seu turno, a avaliação das aprendizagens é assunto preferencialmente atribuído ao professor na sala de aula, o que pressupõe dizer que a política de avaliação é um processo múltiplo e integrado, e dependendo da sua tipologia, cada uma tem seu protagonista.

A discussão que se apresenta neste ponto, prende-se com a política de avaliação das instituições de ensino não universitário em Angola, sinalizando que no contexto educativo angolano, o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INADE), é um órgão do Ministério da Educação, com a missão de promover e coordenar estudos relativos à avaliação do Sistema de Educação e Ensino, Gestão curricular, execução da política educativa, inovação, garantia da qualidade, incluindo a produção de instrumentos didático-pedagógico, materiais curriculares, certificação, equivalência e homologação de estudos.

Pelo seu histórico institucional, a gênese do INADE, anteriormente designado por INIDE (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação) configura-se à luz do Decreto Presidencial n.º 26/77 de 27 de janeiro (Angola, 1977), com a criação do Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar, cuja missão principal era de elaborar e aperfeiçoar os planos, programas e manuais de ensino, orientar a investigação e traçar diretrizes para o processo educativo.

A aprovação do Decreto 40/80 de 14 de maio, permitiu a separação do órgão inspecionador no quadro das atribuições do INADE, sendo que as competências do Departamento de Inspeção Escolar foram transferidas ao Departamento Nacional de

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

Apoio Pedagógico, evoluído posteriormente à Gabinete de Inspeção Escolar Nacional, isto em 1987.

O Decreto n.º 9/87 de 30 de maio, aprovado em Conselho de Ministros, criou o INIDE, com atribuições de estudos pedagógicos e elaboração de materiais curriculares e, no âmbito da reforma dos institutos públicos, foi criado por meio do Decreto Presidencial n.º 91/21 de 16 de abril, o atual INADE, com a missão e objetivos definidos na avaliação educacional, proposição de estudos e de políticas educativas (Angola, 2021).

Numa perspectiva holística da política de avaliação, incluído na relação com os organismos internacionais, o INADE estabelece parceria com instituições congéneres e outras de âmbito nacional ou internacional com procedimentos construídos a partir de decisões políticas. Faz-se necessário compreender que o horizonte político que lançou as bases para tais iniciativas na política de avaliação fundamenta-se pela teoria do capital humano e o *New Public Management* (Nova administração pública) (Matos; Carvalho, 2023), na perspectiva em que no campo da administração pública a educação pode ser entendida como fator de produção, configurando-se como produtora de resultados.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tem desempenhado um papel importante no fortalecimento da educação em Angola, com destaque às parcerias estabelecidas com o Governo angolano, no âmbito da garantia dos direitos da criança e no apoio à criação de políticas que visam garantir educação de qualidade para todas as crianças. As relações históricas entre o Governo de Angola e a UNICEF, são fortemente marcadas a partir da década de 1990, período em que a UNICEF começa apoiar Angola, por conta da guerra civil que assolava o país naquela altura.

O destino dos apoios recebidos estava focado na reconstrução de escolas e na recuperação de alguns serviços básicos. Sublinha-se que as parcerias entre a UNICEF e o Governo de Angola, através do Ministério da Educação, são intensificadas com a criação de programas de educação inclusiva, ou seja, uma educação alinhada aos objetivos do Milênio em que todos a têm como direito (UNESCO, 2021).

A relação entre o INADE e a UNICEF é indireta, mas do ponto de vista da atuação, é estratégica, sendo que o INADE é responsável para avaliar a qualidade da educação e a UNICEF apoia o governo e o Ministério da Educação com estudos e bases políticas que contribuem no (re)direcionamento das políticas educativas em Angola. Vários são os programas e Subprogramas entre o Ministério da Educação e a UNICEF, mas a esta altura,

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

podemos apontar o Subprograma de acesso à educação da UNICEF Angola e o Subprograma de elaboração da Política Nacional de primeira infância.

O Subprograma de acesso à educação, que contribui para as prioridades nacionais de expansão equitativa da educação, numa lógica de promoção da igualdade de gênero e da educação de mulheres e crianças de minorias étnicas e conseqüentemente, na elaboração de uma Política Nacional de Primeira Infância. A questão do acesso à educação e do financiamento, tem influenciado o Ministério da Educação de Angola no recurso a apoios de organizações internacionais, fundamentada na busca pela melhoria da qualidade da educação e da ampliação do acesso educacional. Por isso, torna-se imperativo garantir soluções colaborativas onde as autoridades do Ministério da Educação e seus parceiros internacionais são considerados agentes relevantes na solução de problemas (Brás, 2024).

A elaboração da Política Nacional de primeira Infância, assenta nos estudos teóricos que fundamentam que o desenvolvimento do cérebro da criança acontece nos primeiros anos da sua vida (0 aos 5 anos), sendo que o desempenho cognitivo nesta etapa é uma determinante importante no percurso escolar. Por outro lado, ciente da deficiente oferta escolar, sendo que em Angola, apenas 11% das crianças têm acesso à Educação da primeira infância (Paxe, 2020), a influência da UNICEF, na educação em Angola, surge nesse quesito, no sentido de apoiar o governo na melhoria do acesso ao ensino pré-escolar e a qualidade dos serviços providenciados pelas instituições de ensino para a primeira infância, formando educadores e gestores, pilotar modelos de educação e desenvolvimento de materiais didáticos e de currículos.

Outro projeto de parceria na política educativa entre o Governo de Angola e a UNICEF, é o denominado Projeto Escola Amiga da Criança (EAC), que visa melhorar a qualidade do ensino das crianças, objetiva-se em formar professores, gestores escolares, pais e encarregados de educação para melhorar o processo educativo na primeira infância.

A análise deste projeto, pressupõe por um lado a garantia da formação dos professores, no sentido destes adquirirem conhecimentos e competências metodológicas necessárias para melhorar a prática docente e garantir uma educação de qualidade para as crianças e por outro lado, assegurar que os materiais didáticos estejam atualizados para transmitir conhecimentos recentes.

*A Avaliação Nacional de Educação de Angola*

Tal como referido no ponto anterior, a responsabilização para a realização da Avaliação Nacional da Educação em Angola, é atribuída ao INADE e acresce-se a garantia da qualidade educativa para os níveis da Educação Pré- Escolar, Ensino Primário e Secundário. Sendo assim, refere-se que do ponto de vista legislativo, as bases gerais da avaliação das aprendizagens dos alunos e as regras para a realização dos exames nacionais, são devidamente postuladas no Decreto Executivo n.º 424/25 (Angola, 2025).

Apesar das informações serem escassas com relação a Avaliação Nacional da Educação de Angola, considerando-se que teve início em 2025 e, assim, ainda não tem seus resultados sistematizados e publicizados, mas podemos apontar alguns aspectos e características, a saber: 1- finalidades da política; 2- instrumentos de avaliação, 3- modos de regulação; 4- modelos de governança; 5- indicadores utilizados; 6- influências externas.

A principal finalidade da política de Avaliação Nacional, compreendida a partir do Decreto Executivo n.º 424/25 (Angola, 2025), justifica-se por uma medida política que procura aferir o nível de aprendizagem e certificação dos alunos. Além disso, é uma medida que visa avaliar as competências dos alunos, diagnosticar o Sistema Educativo e serve de base para o acesso ao Ensino Superior.

Nesta perspectiva, refere-se que a regulação e organização dos exames nacionais é atribuída ao Ministério da Educação, sendo que a calendarização e os procedimentos são definidos anualmente. A realização dos exames nacionais foi realizada de forma coordenada em todo país e destinou-se aos alunos da 6<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classe do Subsistema do Ensino Geral, sendo que o relatório dos exames realizados no letivo 2025/2026, ainda não foi publicado. Embora não haja uma lista detalhada de indicadores, refere-se que estes consubstanciam-se na necessidade conferir as competências dos alunos, o desempenho por região, e as taxas de aprovação e reprovação (Angola, 2025).

Alguns obstáculos encontrados em Angola, que certamente impactam na Política de Avaliação Nacional da Educação, estão relacionados com as barreiras estruturais que acabam por dificultar as Políticas de Avaliação Educacional, no qual o quadro 02 traz alguns desses obstáculos:

**Quadro 2 - Obstáculos e desafios para a Política Nacional de Educação de Angola**

Obstáculos	Características
<b>1. Défice de Infraestrutura e Conectividade</b>	A avaliação digital ou o processamento rápido de dados, comum no Brasil, é dificultado pela baixa taxa de eletrificação em zonas rurais e pelo acesso limitado à internet. De acordo com o Relatório de Monitorização da Educação da UNESCO, a falta de ferramentas digitais impede a criação de um sistema de informação e gestão escolar (SIGE) em tempo real, tornando a recolha de dados estatísticos lenta e manual.
<b>2. Escassez e Atraso na Distribuição de Manuais Escolares</b>	A avaliação pedagógica depende da base comum dos manuais. Em Angola, a logística de distribuição é um desafio crítico: <ul style="list-style-type: none"> <li>•Desfasamento: Muitas vezes, os exames nacionais baseiam-se em conteúdos de manuais que não chegaram às províncias mais remotas a tempo, criando uma desigualdade de oportunidades na avaliação.</li> <li>•Custo: O custo de impressão e transporte para um território vasto impacta o orçamento do Ministério da Educação (MED).</li> </ul>
<b>3. Relação Aluno/Professor Elevado</b>	Nas zonas urbanas, como Luanda, é comum encontrar turmas com mais de 60 a 80 alunos. <ul style="list-style-type: none"> <li>•Impacto na Avaliação: Torna-se logisticamente impossível para o professor aplicar uma avaliação formativa e personalizada, como o modelo finlandês sugere. O docente acaba por recorrer apenas a provas sumativas de escolha múltipla ou memorização para conseguir gerir o volume de correção.</li> </ul>
<b>4. Língua de Ensino vs. Línguas Nacionais</b>	Embora o Português seja a língua de instrução e avaliação, para muitas crianças em zonas rurais, esta é a sua segunda ou terceira língua. <ul style="list-style-type: none"> <li>•Obstáculo Cognitivo: A avaliação muitas vezes mede a proficiência linguística em Português e não o conhecimento real da matéria (Matemática ou Ciências), distorcendo os indicadores de qualidade.</li> </ul>
<b>5. Formação Logística dos Diretores</b>	A falta de autonomia financeira das escolas impede que os diretores adquiram materiais básicos para a realização de testes (papel, fotocópias, tinta). Como aponta o Banco Mundial no projeto PAT II, a gestão logística nas escolas angolanas ainda é altamente dependente de dotações centrais que sofrem atrasos.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Desta forma, a Política de Avaliação Nacional da Educação de Angola, criada em 2025, enfrenta desafios e obstáculos estruturais e sociais, mas sua criação em si já traz perspectivas de diagnósticos mais precisos e, conseqüentemente, possíveis ganhos e melhorias na qualidade da educação neste país.

## **Comparação entre as políticas educacionais de avaliação da educação básica do Brasil e de Angola: O caso do SAEB e o caso da Avaliação Nacional de Educação de Angola**

Ao traçar aproximações e convergências entre o SAEB e as políticas de Avaliação Nacional da Educação de Angola, podemos destacar que os dois têm influências e interferências de organizações e avaliações internacionais. No caso do SAEB, pela OCDE e o PISA, e no caso da política Nacional de Educação de Angola, pela influência e parceria da UNESCO.

Ao procurarmos os principais aspectos de distanciamento e divergências, podemos destacar que eles têm quantidades de avaliação em larga escala bem distintas. Neste sentido, o Brasil concentra uma diversidade maior de avaliação por segmento educacional. Outro aspecto diz respeito a participação e utilização do Pisa, pois a Angola ainda não faz parte dessa avaliação.

Também gostaríamos de destacar o contexto sócio-histórico e político de cada um desses países como um diferenciador para as políticas que eles apresentam. No Brasil, o SAEB foi criado em 1990, enquanto em Angola, a Avaliação Nacional da Educação foi criada e executada pela primeira vez em 2025, pois o INADE foi criado em 2021.

Desta forma, eles estão em momentos bem distintos de suas respectivas trajetórias. O quadro a seguir, traz algumas sistematizações dos aspectos comparativos das duas políticas referentes a, 1- finalidades das políticas; 2- instrumentos de avaliação, 3- modos de regulação; 4- modelos de governança; 5- indicadores utilizados; 6 - influências externas.

**Quadro 3 - Comparativo de Políticas de Avaliação: Brasil e Angola**

<b>Descritor</b>	<b>Brasil</b>	<b>Angola</b>
<b>1. Finalidades</b>	Monitorizar a qualidade (IDEB), prestar contas à sociedade (accountability) e orientar a distribuição de recursos federais.	Expansão do acesso, redução do analfabetismo e aferição da eficácia do Plano de Desenvolvimento Nacional.
<b>2. Instrumentos</b>	Provas padronizadas de larga escala (SAEB, Prova Brasil) e exames de larga abrangência como o ENEM.	Avaliação contínua em sala de aula e exames nacionais de transição de ciclo e acesso ao ensino superior.
<b>3. Modos de Regulação</b>	Pelo Estado: Através de resultados e índices que pressionam escolas e estados a cumprirem metas de proficiência.	Pelo Processo: O Ministério da Educação (MED) exerce um controle administrativo direto sobre o currículo e a gestão escolar.
<b>4. Governança</b>	Descentralizada: O INEP coordena, mas estados e municípios possuem	Centralizada: Decisões e diretrizes partem do Governo Central, com as

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

	autonomia para criar os seus próprios sistemas de avaliação.	Direções Provinciais a executarem as normas.
<b>5. Indicadores</b>	IDEB: Combina notas de desempenho (SAEB) com taxas de fluxo escolar (aprovação/reprovação).	Taxas de escolarização, rácio aluno/professor e índices de conclusão de ciclos de ensino.
<b>6. Influências</b>	Fortemente influenciado pela OCDE (PISA) e pelo Banco Mundial, focando em competências globais.	Influenciado pela UNESCO e parcerias com a CPLP (como Portugal e Brasil) para formação de quadros.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP e Ministério da Educação de Angola (2022; 2025).

## Considerações finais

A análise das políticas de avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada, baseada na comparação entre seis aspectos, permitiu deslumbrar o quanto elas são diferentes e estão em momentos diferentes de sua trajetória e implementação, mas que guardam em comum a importância que assumem para seus países como políticas educacionais.

Outros debates têm que ser colocados para elucidação de suas funções sociais e o papel que os docentes e educadores têm nessas políticas, bem como suas formulações, suas aplicações, e sobretudo, o que é feito com seus resultados.

A padronização exercida pela avaliação em larga escala pressupõe consequências pedagógicas e políticas, tanto nacionais como internacionais, que não foram o foco direto de nossa análise, mas que devem sempre ser levadas em consideração.

Desta forma, a análise demonstrou como associações como a OCDE, no caso brasileiro, e a UNESCO, no caso angolano, influenciam as políticas educacionais de avaliação desses países. Consequentemente, no caso brasileiro, permitiu constatar e analisar a influência do PISA no SAEB, e no caso angolano, como a UNESCO influenciou na Avaliação Nacional da Educação.

Podemos considerar que as políticas educacionais de avaliação são representativas dos momentos históricos, sociais e políticos de cada país e que desta forma, têm trajetórias diferenciadas, porém ajustadas, às demandas e agendas sociais de cada país, apesar de sofrerem as influências de organizações, ações e políticas internacionais e transnacionais.

Por fim, concluímos que o Brasil possui uma política de avaliação baseada em resultados (gestão por indicadores), onde o sucesso é medido por métricas estatísticas. Já Angola atravessa um momento de consolidação de uma avaliação

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

diagnóstica, onde a prioridade é integrar as crianças no sistema e garantir que a infraestrutura escolar básica suporte o processo pedagógico.

## Referências

AFONSO, Manuel, & AGOSTINHO, Simão. **Avaliando processos e resultados em contexto escolar: Perspectivas teóricas, práticas e desafios**. Moderna, 2019.

AKKARI, Abdeljalil; LAUWERIER, Thibaut. The education policies of international organizations: specific differences and convergences. **Prospects**, v. 45, p. 141-157, mar. 2015.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educ. Soc., Campinas**, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

ALVES, Maria Teresa; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesquisa [online]**, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ANGOLA. (1977). Decreto Presidencial nº 26/77- Diploma Orgânico do Ministério da Educação. **Diário da República**: Iª Série nº 42.

ANGOLA. (1980). Decreto Presidencial nº 40/80- Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. **Diário da República**: Iª Série nº 113.

ANGOLA. (1987). Decreto Presidencial nº 9/87- Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. **Diário da República**: Iª Série nº 43.

ANGOLA. (2016). Lei nº 17/16- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República**: Iª Série nº 170.

ANGOLA. (2021). Decreto Presidencial nº 91/21- Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação e Desenvolvimento da Educação. **Diário da República**: Iª Série nº 67.

ANGOLA. (2025). Decreto Executivo nº424/25- Estabelece as normas para avaliação das aprendizagens nos níveis de Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Secundário do Subsistema de Ensino Geral. **Diário da República**: Iª Série nº 112.

ANTÓNIO, António & KUEBO, Paulino Gregório Armando. A política educativa em Angola e a garantia do direito à educação: articulação entre o contexto de influência e a produção de textos. **Educar em Revista**, 40, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94760>, acessado em 25 de ago de 2025.

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

BONAMINO, Alícia; Franco, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, 108, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000300005>, acessado em 28 de fev de 2026.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, jun. 2012.

BONITATIBUS, S. G. Educação comparada: conceito, evolução, métodos. São Paulo: Edusp, 1989.

BRÁS, Chocolate Adão. (2024). **Política de formação inicial de professores em nível médio em Angola 2010-2022: Contexto, atores e implicações**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e estabelece diretrizes para a organização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

DIAS, Érika. Mudanças na Educação brasileira e reconfiguração da política educacional: novas iniciativas. Editorial - **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** 33 (126), maio, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362025003301261>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mH7kjcNfCrC6rHFbmbVq6Dm/?lang=pt>. Acesso em 24 de ago. de 2025.

EDUARDO, Pedro Tavares. **Políticas públicas de educação e formação profissional inicial e contínua em Angola**. Dissertação de mestrado. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A avaliação da educação básica no Brasil: da avaliação taylorista à avaliação para a melhoria da qualidade educacional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: **Inep, 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames/saeb/resultados>. Acesso em: 18 de ago. de 2025.

LEWIS, Steven. The OECD, PISA and educational governance: a call to critical engagement. Discourse: **Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 35, n. 2, p. 317-327, 2014.

LOURENÇO FILHO, M. B. Educação comparada. 3. ed. Brasília, DF: INEP/MEC, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Ivy Daniela Monteiro & CARVALHO, Maria João (2023). Gestão da educação e os desafios impostos pelos organismos internacionais. **Revista Brasileira de Política e**

VIEIRA, José Jairo. TCHISSENDE, Manuel. ELIAS, Cristiano Lourenço. Política de Avaliação educacional no Brasil e em Angola de forma comparada: as influências das políticas internacionais e supranacionais.

**Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, 39.<https://doi.org/10.21573/vol39n12023.114483>.

Ó, Celso Francisco; SANTOS, Caio Vinícius; LORENZI, Carla Cristina Biazzi. O conceito de política pública e política educacional: Debates além da legislação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e023071, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27i00.18141. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.18141>. Acesso em: 24 ago. 2025.

OCDE. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: [www.oecd.org/en/countries/brazil.html](http://www.oecd.org/en/countries/brazil.html) . Acesso em: 15 de ago de 2025.

PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana, & MAIA, Ila Beatriz. Avaliação externa de escolas: Quadro teórico-conceitual no contexto metodológico de um estudo nacional. In: José Augusto Pacheco; José Carlos Morgado & Joana Sousa (Orgs.), **Avaliação Institucional e Inspeção: Perspectivas teórico-conceituais** (p. 13–62). Portugal: Porto Editora, 2020.

PAXE, Isaac. Angola 1975-2020: 45 anos de peregrinação no direito à Educação. In: Elizabeth Cruz (org), **Angola 45 anos: O político, o social, o económico e o cultura. Entre balanços e perspectivas**. Luanda: Mayamba, 2020.

SILVA, Eugénio. Princípios e propostas para a gestão da educação escolar em prol da eficiência e da qualidade. In: A. Nguluve, I. Paxe, & M. Fernando (Orgs.), **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: Debates e Proposições** (1ª, p. 25–26). Portugal: Literacia, 2020.

UNESCO. **Repenser nes futurs ensemble: Un nouveau contrat social por l'éducation**. UNESCO, 2021.

VIEIRA, José Jairo. Reflexões acerca das Políticas do Ensino Superior: Emancipatórias ou reguladoras? e o que isso tem a ver com a inclusão/exclusão. In: Mônica Pereira dos Santos; Ana Patrícia da Silva; Michele Pereira de Souza da Fonseca. (Org.). **Universidade e Participação: Reflexões**. Petrópolis: De Petrus et Alli, 2013.

Licença: Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao Jornal de Políticas Educacionais. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/a/s autor/a/es/as e pelo periódico.